

CORREIO NACIONAL

Tânia Régio/Agência Brasil



Questões geográficas estão entre os fatores decisivos

Mortalidade por câncer é maior entre crianças indígenas

A mortalidade de crianças e adolescentes com câncer é maior entre os indígenas, de acordo com a nova edição do Panorama de Oncologia Pediátrica, do Instituto Desiderata. O recorte dos dados obtidos com o Ministério da Saúde e com o Instituto Nacional de Câncer (Inca) mostram uma taxa de 76 óbitos a cada 1 milhão de indígenas por ano. Já entre as crianças e os adolescentes brancos essa taxa é de 42,6/milhão, caindo para 38,9/milhão entre os negros e 38,9/milhão en-

tre aqueles identificados como amarelos, que têm origem oriental.

Segundo o último Censo, quase 45% dos indígenas no Brasil vive na Região Norte, seguida pela Região Nordeste, onde vive 31,22% dessa população. Essas são as regiões que têm a menor incidência de novos casos: 111,1 a cada 1 milhão de crianças e adolescentes no Norte e 138,1 no Nordeste. Mas também são as duas com as maiores taxas de mortalidade: 47,5 e 44,5/milhão, respectiva-

Relatório de Transparência Salarial

As empresas com 100 ou mais empregados têm até o próximo dia 28 de fevereiro para preencher as informações com critérios de remuneração e ações para promover a diversidade, atendendo à Lei da Igualdade Salarial.

O envio das informações exigidas deve ser feito pelo Portal Emprega

Brasil, na aba dos empregadores. Os dados vão compor o 3º Relatório de Transparência Salarial e Critérios do Ministério do Trabalho e Emprego, que será divulgado no dia 17 de março pelo ministério.

A Lei de Igualdade Salarial determina multa para as empresas que descumprirem o prazo.

Dino critica supersalários

O ministro Flávio Dino, do STF, criticou nesta segunda-feira (10) o pagamento de supersalários no Judiciário e disse que não pode ocorrer um "vale-tudo" no recebimento de gratificações. As críticas estão na decisão na qual Flávio Dino negou pedido de um promotor para receber auxílio-ali-

mentação retroativo ao período entre 2007 e 2011, quando ocupava cargo de juiz federal. Ele entrou na Justiça para cobrar do governo federal R\$ 25,7 mil, sob a alegação de que o pagamento do auxílio foi autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2011, por meio da Resolução 133.

Mais inclusão no ensino superior

Em 2018, a articuladora da Rede Trans Brasil Ariela Nascimento foi aprovada para estudar Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No mesmo ano, Vênus Anjos ingressou na Universidade Federal Fluminense (UFF) para frequentar o

curso de Ciências Sociais. Três anos depois, em 2021, foi a vez de Zuri Moura começar a estudar Serviço Social, na Escola de Serviço Social, também da UFF. As três universitárias representam o pequeno grupo de pessoas transexuais e travestis que conseguiram uma vaga no ensino superior.

Brasil intensifica combate à pirataria

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) encaminhou à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da Organização das Nações Unidas (ONU), uma lista com 393 sites piratas bloqueados pe-

las autoridades brasileiras. Ela será inserida na Wipo Alert, mecanismo de monitoramento e difusão internacional desse tipo de conteúdo. O CNCP é vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CNU: nova convocação nesta terça

Nesta terça, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos divulgará a lista de segunda convocação para os cursos de formação do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). A desistência ou a não confirmação de aproximadamente 170 pessoas alteraram não

só as listas de convocação dos nove cargos que precisam de cursos de formação, mas também as listas de espera dos blocos de 1 a 7. Os novos convocados terão dois dias - 11 e 12 de fevereiro - para confirmar a participação na Área do Candidato no site da Cesgranrio.

Após um ano, procura por vacina da dengue é baixa

Das mais de 6,3 mi de doses distribuídas, 3,2 foram aplicadas

Um ano após o início da vacinação contra a dengue no Sistema Único de Saúde (SUS), a procura pelo imunizante no país está bem abaixo do esperado. De fevereiro de 2024 a janeiro de 2025, 6.370.966 doses foram distribuídas. A Rede Nacional de Dados em Saúde, entretanto, indica que apenas 3.205.625 foram aplicadas em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, grupo-alvo definido pela pasta.

A faixa etária, de acordo com o ministério, concentra o maior número de hospitalizações por dengue depois de pessoas idosas, grupo para o qual o imunizante Qdenga, da farmacêutica japonesa Takeda, não foi liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O esquema vacinal utilizado pela pasta é composto por duas doses com intervalo de três meses entre elas.

Em janeiro de 2024, 521 municípios foram inicialmente selecionados para iniciar a imunização contra a dengue na rede pública já em fevereiro. As cidades compunham 37 regiões de saúde consideradas endêmicas para a doença e atendiam a três critérios: municípios de



Reprodução

O esquema vacinal utilizado pela pasta é composto por duas doses

grande porte, com mais de 100 mil habitantes; alta transmissão de dengue no período 2023-2024; e maior predominância do sorotipo 2.

Atualmente, todas unidades federativas recebem doses contra a dengue. Os critérios de distribuição, definidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), seguem recomendações da

Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI). Foram selecionadas regiões de saúde com municípios de grande porte, alta transmissão nos últimos 10 anos e/ou altas taxas de infecção nos últimos meses.

A definição de um público-alvo e de regiões prioritárias, segundo o ministério, se fez necessária em razão da capacidade limitada de fornecimento de doses pelo fabricante. A primeira remessa, por exemplo, chegou

ao Brasil em janeiro do ano passado e contava com apenas cerca de 757 mil doses. A pasta adquiriu todo o quantitativo disponibilizado pelo fabricante para 2024 - 5,2 milhões de doses e contratou 9 milhões de doses para 2025.

Em comunicado divulgado no ano passado, a Takeda informou a decisão de priorizar o atendimento de pedidos feitos pelo ministério para o fornecimento de doses da Qdenga.

Saúde dos olhos na volta às aulas

Freepik



Médico: visão é responsável por 80% do aprendizado

Com retorno das aulas em escolas de boa parte do país, a saúde ocular dos alunos entra em foco no começo do ano. Dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) revelam que cerca de 20% das crianças em idade escolar apresentam problemas de visão. Dentre as alterações visuais mais comuns nessa faixa etária estão miopia, hipermetropia e astigmatismo.

Em entrevista à Agência Brasil, o oftalmologista Álvaro Dantas alerta que problemas no aprendizado ou desinteresse em determinadas atividades escolares podem ser sinais de complicações oculares.

"Alterações visuais são bastante comuns na infância e podem impactar diretamente no aprendizado. Se a criança enxerga mal, ela absorve mal o conhecimento que é passado e isso pode trazer repercussões importantes."

Segundo Dantas, o estrabismo, popularmente conhecido como olho desviado, também figura como um quadro co-

mum na infância e mais fácil de perceber. "É um sinal de alerta muito importante porque pode haver um problema sério em um dos olhos que precisa de tratamento imediato para evitar outra doença que estamos sempre muito atentos: a ambliopia ou olho preguiçoso."

"Se a criança tem uma deficiência em um dos olhos e isso não é detectado a tempo, a falta de tratamento faz com que aquele olho não desenvolva sua

capacidade visual e isso só tem solução até os 8 anos de idade. Se não for feito nessa época, essa criança pode se tornar um adulto com uma deficiência eterna em um dos olhos. Por causa de diagnóstico e tratamento a tempo."

O oftalmologista destaca que a visão desempenha papel fundamental no processo de aprendizagem e que, quando a criança tem dificuldade para enxergar, pode perder infor-

mações importantes em sala de aula, ficar desmotivada ou mesmo apresentar falta de concentração. "Isso pode levar a uma queda no rendimento escolar e, em alguns casos, ser confundido com alguns transtornos de aprendizado ou déficit de atenção."

"Essas crianças também podem ficar estigmatizadas e podem ser vítimas de bullying. É algo que pode acontecer. Tudo isso provocado por uma deficiência visual. O estrabismo e a ambliopia podem afetar a coordenação visual e ela pode ter muita dificuldade nas práticas esportivas. Por isso, identificar e tratar precocemente esses problemas é essencial para garantir um aprendizado pleno e sem dificuldades desnecessárias."

O médico lembra que, muitas vezes, a própria criança não é capaz de perceber que tem um problema de visão, já que nunca enxergou as coisas de outra forma. "Para ela, aquela percepção visual é o normal".

STF

Encontro com relator para liberdade de expressão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro Alexandre de Moraes receberam nesta segunda-feira (10) o relator especial para liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Pedro Vaca.

O ministro Barroso iniciou a reunião contextualizando o conjunto de fatos ocorridos no país que colocou em risco a institucionalidade e exigiu a firme atuação do Supremo. Entre estes fatos estavam incluídos discurso de parlamentar que defendia a agressão a ministros do Supremo, juntamente com inúmeras ofensas.

STJ

Tribunais deverão informar o valor da causa

A partir do dia 1º de abril, os tribunais de segunda instância deverão informar o valor da causa nos dados cadastrais dos processos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Conforme estabelece a Instrução Normativa STJ/GDG 1/2025, os processos transmitidos após essa data que não especificarem o valor da causa nos metadados serão recusados e devolvidos às cortes locais para adequação.

A instrução normativa atualiza o Manual de Especificação de Dados e Indexação de Peças, anexo da Resolução STJ/GP 10/2015, que traz orientações para cada classe processual a ser enviada à instância superior.

TCU

TCU fala sobre independência de instituições de controle

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI), ministro Vital do Rêgo, participou da homenagem pelos 106 anos da instituição superior de controle (ISC) da Polónia.

A cerimônia foi realizada na sexta-feira (7/2), em Varsóvia, capital polonesa.

O presidente da instituição de controle daquele país, Marian Banás, e autoridades do governo estiveram presentes na solenidade.

Em seu discurso, o ministro Vital falou da importância da cooperação entre as instituições de controle de ambos os países.

TCU

Ações para promoção da igualdade de gênero

O Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com a ONU Mulheres e o PNUD, realiza o webinar Pequim+30: Revisão das Políticas Públicas Brasileiras para Equidade de Gênero e Direitos das Mulheres. O evento acontece de forma online, no dia 18 de fevereiro, às 9h30, com transmissão pelo canal oficial do TCU no YouTube. O encontro constitui espaço para discutir os desafios nas políticas públicas para mulheres, oferecer subsídios à participação da Delegação Brasileira na 69ª reunião da Comissão sobre a Situação das Mulheres da ONU e comunicar as contribuições do TCU para a igualdade de gênero.